



A HISTÓRIA COMO LABORATÓRIO

Aspectos da gênese da fissura
entre as “duas culturas”
na classificação dos saberes em

F R A N C I S
BACON

É longa, intrincada e enveredada por um labirinto de motivos muitas vezes contraditórios, ilegítimos e extrínsecos, a curiosa e nem sempre nefasta história das relações, no âmbito das classificações das ciências, que opõem, de maneira sobretudo ambígua e, por vezes, feroz, as chamadas ciências naturais e/ou exatas (ou “ciências” propriamente ditas) às ciências humanas, sociais (ou, simplesmente, “humanidades”).

Para recapitular rapidamente suas linhas mais gerais (e centrais) e situar mais claramente nosso tema, convém lembrar que as origens de tal contenda podem ser rastreadas ao advento do *logos*, na Grécia do século VI a.C., que emerge imediatamente em oposição integral ao *mythós*, desde Tales de Mileto, e segue uma seqüência que registra quase simultaneamente antagonismo irreduzível (como em Xenófones), apropriação e mescla (como em

Anaximandro e Empédocles) e ambos –exacerbadamente– em intrincada teia (em Platão). Os conceitos contendores são, por assim dizer, apartados (provisoriamente) por Aristóteles. A contenda ganha, porém, novas formas no Renascimento, quando – como veremos –, de certo modo, cristaliza-se. Passa pelo princípio do *verum ipsum factum* de Giambattista Vico que, no século XVIII, privilegia a história e as ciências humanas (ao lado das matemáticas e em detrimento das ciências naturais); e pela noção moderadora das *Geisteswissenschaften* de Wilhelm Dilthey na virada do século XIX para o XX. Atinge sua nitidez atual na polémica das “duas culturas”, de C. P. Snow, na primeira metade do século XX (na segunda metade teremos, entre outros desenvolvimentos, as “três culturas”, de Wolf Lepenies, de bem menor repercussão que a obra de Snow, mas significativas do contexto).

O Renascimento – com suas próprias inumeráveis ambigüidades – é um período decisivo e esclarecedor no desenvolvimento dessa ambígua relação, com a Revolução Copernicana e o processo de matematização da física que culmina em Galileu, dando novo ímpeto à noção de ciências naturais e exatas como “ciências” propriamente ditas, em detrimento das “humanidades”. Além de ser o período que opõe os “cientistas”, que são também magos e alquimistas voltados para o futuro, aos

RAUL FIKER é professor de Filosofia da Unesp (campus Araraquara) e autor de *Vico, o Precursor* (Moderna).

literati, os humanistas voltados para o passado, para a cultura clássica, mas que, em sua tentativa de incorporar as letras greco-romanas ao universo cristão, são também cientistas que, além de rejeitarem os métodos epistemológicos tradicionais, desenvolvem a filologia, ciência da linguagem, instrumento cuja precisão em relação aos textos antigos não deixará de influenciar também as “ciências propriamente ditas”.

Pois – se nos for permitido esquematizar um pouco a periodização histórica para os fins desta exposição – é no intenso cruzamento das contradições e ambigüidades especificamente renascentistas com as que são próprias à história das relações entre as ciências naturais e as humanas, do Renascimento propriamente dito, seu período de crise – o do Maneirismo – com a Modernidade que se delineia no século XVII, é nessa movimentada encruzilhada que encontramos um pensador que, possivelmente, mais do que qualquer outro, em qualquer outra época, pode nos conduzir como que por atalhos estratégicos a certos aspectos extremamente significativos que muito podem nos dizer sobre o cerne da face moderna dessa antiga e arraigada pendência entre os valores dos saberes em questão. Não no sentido de responder, de superar, esclarecendo definitivamente seus equívocos, mas de mostrar com nitidez única, em sua própria prática, como alguns dos mecanismos envolvidos funcionam. Trata-se, obviamente, de Francis Bacon.

Assim como a história das “duas culturas” é rica em contradições e ambigüidades, especialmente em seu momento renascentista – ele próprio suficientemente problemático –, o mesmo se dá com Bacon, que, sendo figura-chave tanto dessa história como desse momento, é em relação a ambos emblemático também no sentido em que consegue destacar-se nestas características no plano pessoal. Pois trata-se de alguém que pode ser visto como um suposto cientista medieval e mago renascentista, precursor e mesmo pai fundador da ciência moderna no que se opõe ao que, em boa parte, a caracteriza (a matemática); realista político admirador de Maquiavel e autor de

uma utopia; que vê no véu e no ocultamento um método de exposição; que localiza nos antigos a *prisca theologia* hermética e atribui, ao mesmo tempo, a antigüidade e a maturidade do mundo aos tempos modernos; e cujo projeto de restauração do conhecimento quer redimir o homem do Pecado Original e restituir-lhe o domínio sobre a natureza através de uma ciência transformada; além de argumentar através da narrativa e considerar a veiculação da sabedoria por meio da desnarratização extrema do aforismo.

O que nos interessa aqui, entretanto, é a sua classificação dos saberes, momento inaugural de sua reforma do conhecimento, tal como exposta inicialmente no *Advancement of Learning* e, posteriormente, em versão expandida, mas substancialmente a mesma, no *De Augmentis*. Destacaremos, no interior dessa classificação (e de sua prática que, como veremos, a contradiz inteiramente no que toca às ciências humanas – ou “civis”, como as denominava Bacon), certos aspectos particularmente significativos, neste contexto, da “história civil” (em diferenciação à “história natural”) baconiana, de sua conceituação no quadro da classificação dos saberes e de sua prática na obra propriamente histórica de Bacon, com suas peculiares relações com a retórica, a filosofia natural e com a influência de Maquiavel.

Bacon tem vários critérios para a classificação dos saberes. O primeiro consiste numa divisão em três variedades principais referentes às três faculdades da mente, concebidas como especialmente relevantes ao conhecimento. A história se baseia na memória, a poesia na imaginação e a filosofia na razão. (O papel da poesia se restringe a dar aos homens satisfação, permitindo que eles contemplem o que a natureza falhou em proporcionar. Ela está ausente do primeiro plano dos outros critérios de divisão.) No segundo critério, história e filosofia (ou ciência) se distinguem melhor pela individualidade e generalidade respectivamente, de suas descobertas, do que pelas suas respectivas atribuições à memória e à razão. Estas duas faculdades mentais não

são propriamente coordenadas, pois a memória, diferentemente da razão, é um depósito, não uma fonte de conhecimento. A fonte de fatos individuais é a percepção ou observação, concebida amplamente o bastante para incluir nossa percepção de nossos próprios estados mentais. Além disso, o raciocínio científico ou filosófico depende da memória para suprir suas premissas e como preservadora da capacidade de raciocínio.

Além desta divisão em termos de individualidade e generalidade, Bacon tem ainda duas outras formas de distinção: entre o teórico e o prático, entre conhecimento e ação ou, em sua terminologia, entre o especulativo e o operativo. Isto é aplicado através de todos os ramos principais da filosofia ou ciência, mas não à história, que ele concebe simplesmente como um registro de evidência para várias ciências, teóricas e práticas, mas não como tendo qualquer lição própria a ensinar-nos. O quarto e último critério reside entre o divino e o não-divino que, em si, se divide um pouco indefinidamente entre o natural, o humano e o civil (ou social). Indefinidamente porque, embora ele geralmente ponha o natural e o humano lado a lado (por exemplo, como as duas principais espécies de filosofia não-divina), o civil é tratado como uma espécie do humano, e ambas as esferas de investigação são passíveis de abordagem pelos mesmos métodos usados para a natureza não-humana, exceto que a questão da natureza e substância da alma, como em contraste com suas faculdades, é remetida à religião revelada (que é conhecimento divino, mas de modo algum filosofia). Entre outras complexidades e dificuldades da classificação baconiana, esta última certamente reflete sua preocupação mais geral e básica de separar filosofia e teologia, razão e fé, que está na base de sua contribuição para a configuração da modernidade.

Ao percorrermos esse sistema de ciências de Bacon, que é, na verdade, um mapa de um território não satisfatoriamente explorado, o que salta à vista é a discrepância entre sua filosofia natural e sua “filosofia humana” em termos epistemológicos. Embora seu sistema geral de classificação su-

gira que ambas estão em pé de igualdade, em sua descrição concreta elas divergem amplamente. Enquanto seu tratamento da filosofia natural é substancial e contém, inclusive, sua teoria da indução eliminatória (que ele vê como seu mais importante elemento e o único método válido para se chegar às leis da natureza – o que torna uma ciência “científica”, enfim), sua “filosofia humana” não é mais do que um programa, sem qualquer idéia do que virão a ser as ciências empíricas da mente e da sociedade. Ela é quase inteiramente operativa ou técnica, com apenas reconhecimentos esporádicos da necessidade dessas disciplinas de uma base especulativa ou teórica – que pode emergir da indução baconiana. Seu tratamento das ciências humanas não as vincula ao novo método, que caracterizaria a ciência propriamente dita.

O filósofo Francis Bacon



Este é o quadro geral, à primeira vista, da classificação baconiana, aparentemente integrada às concepções tradicionais vigentes na história das relações entre ciências naturais e humanas. Vamos constatar, entretanto, que, da mesma maneira que sua descrição concreta contradiz seu esquema geral de classificação, certas instâncias de sua prática propriamente dita contradizem, por sua vez, sua descrição concreta. Observe-se, por exemplo, que, em sua *História do Reino de Henry VII*, Bacon, ao invés de descrever a superfície cerimonial de eventos públicos, como ele mesmo preconiza ao caracterizar a “história civil”, é levado, por seu realismo maquiavélico, a *procurar causas*. Assim, sua própria obra histórica não é um mero feito de memória ou simples registro do passado e, dessa forma, solapa sua própria distinção entre história e conhecimento filosófico ou científico como tal. Esta ambigüidade, porém, pode ser considerada de superfície, a ponta do *iceberg*, se nos determos com mais atenção nas relações bem mais intrínsecas que a história tem, em Bacon, com a própria filosofia natural. Para tanto, teremos também que examinar o papel da retórica – tangencial mas imprescindível – nessa relação.

As relações entre a retórica e a história transcendem a esfera especificamente baconiana, pois, tanto no contexto clássico, como no renascentista, a história é compreendida como um gênero retórico (Kelley, 1990; Tinkler, 1996; Skinner, 1999 – e, no contexto da historiografia mais recente, White, 1995). As afiliações da história com a retórica eram formais e epistemológicas, na medida em que ela visava à ação correta e talvez ao bem público. Como “filosofia ensinando pelo exemplo” (uma fórmula derivada de Dionísio de Halicarnasso, *De Arte Rhetorica XI.2*), a história tinha uma conexão ainda mais direta com a filosofia moral. De maneira mais geral, o número crescente de estudos históricos durante o Renascimento refletia-se não apenas na historiografia, incluindo a tradução e publicação de historiadores clássicos, mas também no ensino de história do fim do século XV e, mais amplamente, em certas

tentativas humanistas de revisar a classificação tradicional das ciências, como na enciclopédia popular de Polidoro Virgílio organizada sobre princípios históricos ou genéticos, segundo os “inventores de coisas” (o inventor da própria história sendo Moisés, embora suas “leis” tivessem sido formuladas por Cícero – ver Kelley, 1990). Também nas obras de Christophe Milieu, Henri de la Poprlinière, Louis Le Roy e outros, pode-se ver a promoção da história para um outro nível, isto é, como o próprio princípio organizador de classificação das ciências e uma maneira de focar as disciplinas particulares, incluindo a filosofia e a ciência política.

Bacon, que, como vimos, também formulava um novo projeto para a classificação das ciências tendo a história como uma de suas bases, embora tivesse uma postura crítica em relação a muitas posições humanistas (ver especialmente: Vickers, 1991), compartilhava de boa parte de suas concepções retóricas, incluindo o que diz respeito ao papel da retórica na história. Um claro exemplo disso é o uso que Bacon faz dos tópicos particulares de argumento conjetural, provavelmente derivados da *Rhetorica ad Herennium* (II.3-9) em sua *History of Henry VII* no episódio do impostor que se faz passar por Edward Plantageneta (VI, 45-7). Para acrescentar apenas mais um exemplo, no memorial da Rainha Elizabeth, há inúmeros casos bem claros de imposição de convenções retóricas à matéria tratada, sobretudo estratégias de oratória demonstrativa como a de, além de atribuir a boa fortuna à sabedoria divina, atribuí-la também ao propósito moral: segundo Aristóteles, o orador “deve supor que acidentes e golpes de boa fortuna são devidos ao propósito moral; pois se vários exemplos similares podem ser aduzidos, eles serão considerados como sinais de virtude e propósito moral” (*Retórica*, I.9). Bacon, ao atribuir a felicidade de Elizabeth tanto à providência quanto à sua “própria virtude”, procura cobrir os dois tópicos retóricos convencionais do *virtus* e da *fortuna*. Na segunda parte do memorial, Bacon apresenta o argumento de que, “em reli-

gião, Elizabeth era pia, moderada e constante, e adversa à inovação” (VI, 312). Na retórica romana, piedade era um subtópico de justiça, moderação era um tópico principal, e constância (perseverança e paciência) era um subtópico de coragem (*De Inventione*, II.159-64). Resistência à inovação não é um tópico padrão, mas poderia ser considerada um subtópico de prudência. Ou seja, Bacon alinhava no fim de seu memorial o elogio das virtudes de Elizabeth que seus contemporâneos com formação clássica esperariam de uma oração demonstrativa. Mas o que nos interessa aqui é, em primeiro lugar, a extensão na qual ele organiza seu memorial histórico em termos de tópicos demonstrativos padrão; e, em segundo lugar, sua atitude não-convencional de privilegiar a *fortuna* sobre o *virtus*.

Aqui já estamos no âmbito das relações entre história e política, via retórica, na prática histórica baconiana. De início, convém lembrar que o programa humanista incluía dissipar o papel da *fortuna* revivendo o *virtus* clássico. Desde o período romano, contudo, *virtus* e *fortuna* eram tópicos retóricos que podiam ser, e eram, relacionados entre si de várias maneiras. Entre os humanistas do Renascimento, foi Maquiavel que produziu o modelo mais flexível dessa relação, mantendo-a em alternância. Em Maquiavel, há uma instabilidade radical da relação entre virtude e fortuna. Em termos retóricos, isso é expresso como uma rearticulação protéica constante alternada da relação entre os dois tópicos demonstrativos.

Bacon frequentemente parafraseia observações de Maquiavel (V, 71; VI, 472, etc.) mas, com mais ênfase ainda que este, insiste em que a arquitetura da fortuna depende do hábito de observar a fortuna e tirar o máximo proveito do que quer que ocorra: “*We must strive with all possible endeavour to render the mind obedient to occasions, than to be entirely bent on one action. He that is so loses an infinite number of occasions, which indirectly fall out by the way*” (V, 70-1, 74). Em suma, o sucesso não depende de grandeza pessoal, mas de hábitos de observação da fortuna e organi-

zação de ações que se adaptem aos acidentes que ocorrem. O que está implicado aqui é que a função mais importante da história civil não será descrever homens exemplares que foram notáveis por alguma virtude, mas fornecer um tipo de experiência vicária na observação e compreensão dos acidentes da fortuna.

Esta implicação nos conduz à terceira esfera das inter-relações aqui abordadas: a da história civil com a filosofia natural. Pois muitas das afirmações de Bacon sobre a observação de acidentes poderiam facilmente ser transferidas de seu projeto de história natural experimental. Pois, para ele, “*simple experience, if taken as it comes, is called accident (casus), is sought for, experiment*” (IV, 81; I, 189). O experimento é, portanto, uma maneira ordenada de procurar acidentes e observar o que ocorre. Num certo sentido, a idéia baconiana de experimento é uma maneira controlada de acelerar o tempo no sentido de forçar os tipos de ocorrências que se dão apenas raramente e acidentalmente na natureza. Mas, em seu ensaio “Of Innovations”, Bacon insiste que “*it is good also not to try experiments in states*” (VI, 433). Se a história civil deve imitar a história experimental, ela deve encontrar objetos que ofereçam uma concentração peculiar do estranho e acidental. Isto é exatamente o que ele afirma no *De Augmentis* em relação à importância da história inglesa recente, que “*there has been a greater variety of strange events than in like number of successions of any hereditary monarchy has ever been know*” (IV, 306). Este enfoque sobre acidentes históricos raros é muito insistente nos escritos de Bacon. Em sua história incompleta de Henry VIII a Elizabeth, ele enfatiza a “*new and rare variety of accidents and alterations*” e os “*accidents memorable*” do período, tomando este como uma coleção de prodígios, uma espécie de laboratório histórico. (Uma outra lista da “*variety of strange events*” no mesmo período aparece no *De Augmentis* – VI, 306.)

A natureza dessas inter-relações, envolvendo a história com a retórica, a política

a filosofia natural – que não se dão sempre da mesma maneira no projeto baconiano de classificação das ciências e em suas obras e passagens específicas na esfera de cada uma delas –, constitui um objeto de estudos

que tem muitas surpresas a oferecer na perspectiva da história das “duas culturas”, e este aspecto “experimental” da ciência histórica, por notável que seja, não é, certamente, o único.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, J.W. *A History of Political Thought in the Sixteenth Century*. Londres, Methuen, 1957.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo, Abril, 1981.
- _____. *Politics*. Oxford, Clarendon Press, 1946.
- ATANAGI, D. *Ragionamento Della Istoria, 1507* (reproduzido em *Theoretiker Humanistischer Geschichtsschreibung*, Munich, Kessler, 1971).
- BACON, F. *The Works of Francis Bacon*. Ed. Spedding, Ellis, Heath, Londres, 1859 (fac-símile Friedrich Frommann Verlag Günther Holyboog, Stuttgart-Bad Cannstatt, 1963).
- BENJAMIN, E. B. “Bacon and Tacitus”, in *Classical Philology*, LX, 1965, pp. 102-10.
- BERRY, E. “History and Rhetoric in Bacon’s *Henry VII*”, in Stanley Fisch (ed.), *Seventeenth-century Prose: Modern Essays in Criticism*. New York, Oxford Univ. Press, 1971.
- BRIGGS, J. C. *Francis Bacon and the Rhetoric of Nature*. Mass., Harvard Univ. Press, 1989.
- BURNS, J. H. (ed.). *The Cambridge History of Political Thought, 1450-1700*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1991.
- CÍCERO, M. T. *De Officiis*. Londres, Loeb, 1913.
- _____. *Orator*. Londres, Loeb, 1962.
- _____. *On Moral Obligation*. Londres, Loeb, 1965.
- _____. *On Invention*. Londres, Loeb, 1967.
- DEAN, L. “Sir Francis Bacon’s Theory of Civil History-Writing”, in *ELH*, VIII, 1941, pp. 161-83.
- GILBERT, F. “Machiavelli’s *Istorie Fiorentine*: an Essay in Interpretation”, in *History: Choice and Commitment*. Oxford, Oxford, Univ. Press, 1997.
- GILMORE, M. P. “The Renaissance Conception of the Lessons of History”, in W. K. Ferguson et al. (eds.), *Facets of the Renaissance*. New York, Harper & Row, 1963, pp. 73-101.
- KAHN, V. *Rhetoric, Prudence and Skepticism in the Renaissance*. Ithaca, Cornell Univ. Press, 1985.
- KELLEY, D. R. “The Theory of History”, in C. B. Schmitt e Q. Skinner (eds.), *The Cambridge History of Renaissance Philosophy*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1990.
- KUSUKAWA, S. “Bacon Classification of Knowledge”, in M. Peltonen (ed.), *The Cambridge Companion to Bacon*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1996.
- MACHIAVELLI, N. *The History of Florence*. New York, The Modern Library, 1950.
- _____. *The Prince*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1990.
- _____. *The Discourses*. Harmondsworth, Penguin, 1991.
- MORRISON, J. C. “Philosophy and History in Bacon”, in *Journal of the History of Ideas*, XXXVIII, 1977, pp. 585-606.
- NADEL, G. H. “History as Psychology in Francis Bacon’s Theory of History”, in *History and Theory*, V, 1966, pp. 275-87.
- QUINTILIANO. *Instituto Oratoria*. Paris, Les Belles Lettres, 1966.
- ROSSI, P. *Naufragi Senza Spettatore – l’ Idea di Progresso*. Bologna, Il Mulino, 1993.
- SKINNER, Q. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge, Cambridge, Univ. Press, 1978.
- _____. *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo, Unesp, 1999.
- TINKLER, J. F. “Rhetorical Methods of Francis Bacon’s *History of the Reign of King Henry VII*”, in *History and Theory*, XXVI, 1987, pp. 31-52.
- _____. “Bacon and History”, in M. Peltonen (ed.), *The Cambridge Companion to Bacon*. Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1996.
- VICKERS, B. “Bacon Among the Literati: Science and Language”, in *Comparative Criticism*, 13, 1991, pp. 249-71.
- WORMALD, B. H. G. *Francis Bacon: History, Politics and Science, 1561-1626*. Cambridge, Cambridge Univ. Press., 1993.